FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

LUCAS MARTINS NOVAES

O EFEITO DA REELEIÇÃO EM GASTOS DE SAÚDE

Uma análise do modelo de reputação política

SÃO PAULO
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

LUCAS MARTINS NOVAES

O EFEITO DA REELEIÇÃO EM GASTOS DE SAÚDE

Uma análise do modelo de reputação política

Dissertação apresentada à banca examinadora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Conhecimento:
Economia política

Orientador: Prof. Dr. Enlinson Mattos

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Pereira

SÃO PAULO
2007

Novaes, Lucas Martins.
O Efeito da Reeleição em gastos de saúde: uma análise do modelo de reputação política / Lucas Martins Novaes. – 2007.
36 f.

Orientador: Enlinson Mattos
Co-orientador: Carlos Pereira
Dissertação (mestrado) – Escola de Economia de São Paulo

1. *: Controle eleitoral*. 2. *reeleição* 3. *agência política*. I. Mattos, Enlinson. II. Dissertação (mestrado) – Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

LUCAS MARTINS NOVAES

O EFEITO DA REELEIÇÃO EM GASTOS DE SAÚDE
Uma análise do modelo de reputação política

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Conhecimento:
Economia Política

Orientador: Prof. Dr. Enlinson Mattos

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Pereira

Data de aprovação:
___/___/_____.

Banca examinadora:

_____
Prof. Dr. Enlinson Mattos (orientador)
FGV - EESP

_____
Prof. Dr. Carlos Pereira (co-orientador)
FGV - EESP e Michigan State University

_____
Prof. Dr Carlos Eduardo Soares Gonçalves
FEA – USP

Agradecimentos

Agradeço aos meus colegas de mestrado da FGV, que com paciência explicaram várias técnicas no manuseio de dados e ao meu orientador, Enlinson Mattos, pelas conversas e direções precisas.

Também minha namorada, Lizbeth, minha família, pelo apoio durante toda minha vida acadêmica, e a Deus.

An election is coming. Universal peace is declared and the foxes have a sincere interest in prolonging the lives of the poultry.

George Eliot, *in* “Felix Holt, the Radical”.

RESUMO

O modelo de reputação política sugere que o político que ocupa um cargo público e pretende mantê-lo através da reeleição tem incentivos para se alinhar às preferências do eleitorado, em detrimento de suas próprias. Partindo do pressuposto que gastos em saúde podem ser sensíveis ao eleitorado, testamos como eventuais incentivos reputacionais podem alterar o padrão de despesas em saúde nos municípios brasileiros. Utilizando uma amostra de 3004 municípios, o teste empírico indica que prefeitos que tentam reeleição aumentam o gasto em saúde no ano eleitoral, ao contrário de prefeitos em segundo mandato. Além disso, identificamos que prefeitos em primeiro mandato que não tentam a reeleição aumentam estes gastos quando sucedido por colega de mesmo partido.

Palavras-chave: *Controle eleitoral, reeleição, agência política.*

ABSTRACT

The reputation-building model of political behavior suggests that an incumbent who wishes to keep his appointment through reelection has incentives to align his actions with voters' preferences, in detriment of his own. Following the presumption that electors' inclinations might be sensitive to health expenditures we test how reputation-building incentives may shift the expenditure pattern of Brazilian municipalities. With a sample of 3004 municipalities the empirical test indicates that mayors who try to get reelected raise health expenditures during electoral years, meanwhile last mandate's incumbents do not. Moreover, first mandates' mayors that do not run for reelection raise expenditures when succeeded by an incumbent of the same party.

Keywords: *Electoral control, reelection, political agency.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição dos dados 19
Tabela 2 – Modelos estimados 23
Tabela 3 – Estimações com componente partidário 26
Tabela 4 – Ideologia do prefeito 29
Tabela 5 – Análise de robustez: prefeitos seguidos por colegas de partido 36

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Período considerado e amostra utilizada 17

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **11**

2. DADOS **16**

3. IMPLEMENTAÇÃO EMPÍRICA **22**

3.1 MODELO GERAL **22**

3.2 VARIAÇÕES NO MODELO GERAL: O COMPONENTE POLÍTICO **25**

3.3 VARIAÇÕES NO MODELO GERAL: IDEOLOGIA **28**

3.4 VARIAÇÕES NO MODELO GERAL: ANÁLISE DE ROBUSTEZ **30**

4. CONCLUSÃO **33**

BIBLIOGRAFIA **34**

APÊNDICE **36**

1. Introdução

Eleição é o principal instrumento de controle político em uma democracia. Candidatos devem convencer os eleitores sobre sua capacidade de governar e atender às expectativas. Por esse motivo, a possibilidade de recondução ao cargo tem papel decisivo na formulação de políticas públicas. Se o político extrai benefícios ao ocupar um cargo público, deverá maximizar a probabilidade de ser eleito. Caso o político pretenda manter sua função através da reeleição, ele tem incentivos para se alinhar às preferências do eleitorado, em detrimento de suas próprias.

Desta forma, o objetivo desse trabalho é analisar o efeito reputacional da reeleição no contexto de gastos municipais na saúde em ano eleitoral. Analisamos o padrão municipal destes gastos nos anos eleitorais de 2000 e 2004, os dois primeiros períodos eleitorais em que a emenda da reeleição esteve em vigor para municípios. Apesar de haver outras tentativas de se verificar ciclos eleitorais no Brasil, não encontramos nenhuma análise na literatura do tema a partir de amostra de municípios brasileiros.

Partindo do pressuposto em que gastos em saúde podem ser sensíveis ao eleitorado, testamos como eventuais incentivos reputacionais podem alterar o padrão de gasto nos municípios brasileiros. O prefeito candidato à reeleição gasta mais em saúde do que prefeitos em segundo mandato? Reserva uma maior fatia do orçamento municipal à saúde do que o prefeito em primeiro mandato que não tenta a reeleição? Além disso, testamos se eventuais incentivos partidários importam. Isto é, alguns prefeitos em primeiro mandato, apesar da possibilidade de se reelegerem, preferem não concorrer à recondução. Todavia, o seu partido candidata-se para ocupar a cadeira de

prefeito. Seria esse prefeito estimulado a promover a candidatura partidária de maneira similar a um prefeito que de fato tenta reeleição? Ainda, prefeitos em segundo mandato, por não estarem possibilitados de concorrer, podem agir de maneira similar?

Os resultados sugerem que prefeitos candidatos à reeleição aumentam gastos na área examinada. Controlando por incentivos políticos, encontramos evidências de que prefeitos em primeiro mandato que não tentam reeleição podem estar mimetizando o comportamento do prefeito que tenta a reeleição para que o seu colega de partido seja seu sucessor. Entretanto, prefeitos em segundo mandato não parecem se esforçar para o sucesso eleitoral de seu partido.

O trabalho contém quatro outras seções além desta. A seguir apresentaremos uma revisão bibliográfica. Em seguida, discutimos os dados e particularidades sobre reeleição e saúde no Brasil. A seção 4 apresenta o modelo econométrico utilizado e os principais resultados. A última seção conclui o trabalho.

2. Revisão da literatura

A literatura sobre o problema de agência política é bastante extensa. Existem ao menos duas correntes teóricas, não concorrentes, que tentam explicar o papel das eleições no resultado da política pública. A primeira segue Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990), e foca em ciclos políticos orçamentários. Rogoff (1990) aprimorou modelo anteriores sobre o comportamento de eleitores ao inserir expectativas racionais no arcabouço teórico. Segundo essa linha, ciclos econômicos e ciclos eleitorais coincidem porque o governante, não importando partido ou ideologia, quer sinalizar ao eleitor que é um administrador eficiente. O ciclo orçamentário ocorre devido à

assimetria de informação temporária sobre o *tipo* do governante. Como o eleitor não sabe exatamente o tipo do seu governante, este último é incentivado a aumentar gastos em itens mais visíveis e diminuir gastos em outros, como investimento.

Outra linha de pesquisa segue o modelo de reputação, inicialmente apresentado por Barro (1970), seguido por Banks e Sundaram (1993) e Besley e Case (1995). Em um mundo com informação imperfeita e agentes racionais, reeleição e final de mandato têm implicações em políticas públicas. Na presença de informação assimétrica entre o político e os eleitores, a reeleição pode funcionar como um mecanismo de repressão a ações oportunistas ou uma maneira incentivar o esforço do político para criar ou manter uma relação com o eleitorado. Os eleitores recorrem à capacidade do representante político em suprir bens públicos como medida de desempenho e sinalização sobre o *tipo* do político em exercício.

Estes modelos envolvem eleitores e governante em dois períodos. O governante escolhe o seu nível de esforço no primeiro período. Isso altera probabilisticamente a eficácia de certa política pública, e, conseqüentemente, a utilidade dos eleitores, que está diretamente relacionada à provisão de bens públicos. No momento em que a política pública se realiza, os eleitores podem tirar conclusões sobre o tipo do governante.

O governante que pode se reeleger deve pesar tanto a sua utilidade de curto prazo como uma possível utilidade no segundo mandato (sua utilidade é zero caso não esteja no poder). Portanto, o seu bem-estar no segundo período está diretamente relacionada a realização da política pública no primeiro período. Se os eleitores são beneficiados pela distribuição de bens públicos, e estes dependem do esforço do governante, o político terá maiores chances de reeleição quanto mais prover a seu eleitorado. Assim, a utilidade do político no segundo período depende

fundamentalmente do seu desempenho no primeiro período ou, mais explicitamente, da sua reputação.[1] Já o político que não pode se reeleger escolhe o seu nível de esforço de modo maximizar sua utilidade no curto prazo.

Em termos empíricos, Besley e Case (1995) testam o comportamento de governadores dos Estados Unidos através do modelo de reputação. Segundo os autores, diferenças no comportamento dos governadores que encaram o final do mandato em relação a aqueles que podem tentar a recondução se evidenciam na carga fiscal e despesas dos estados. No caso, os autores encontram um ciclo eleitoral entre os partidos Democrata e Republicano. List e Sturm (2006) mostram que mesmo em políticas secundárias, como meio ambiente, o modelo de reputação se aplica. Johnson e Crain (2004), usando uma amostra de países mostram que mandatos alteram o resultado fiscal. Embora a volatilidade fiscal do país onde só permite um mandato seja menor, o crescimento dos gastos no tempo é constante, ao contrário de países que permitem dois ou mais mandatos.

Já Veiga e Veiga (2007), utilizando o modelo de Rogoff (1990) examinam a existência de ciclos políticos em municípios portugueses. Resultados obtidos pelos autores corroboram a tese de que os prefeitos agem estrategicamente em períodos eleitorais, aumentando os gastos visíveis ao eleitorado.

Para o caso brasileiro, Meneguin e Bugarin (2001) argumentam que o governante tende a gastar mais quando não espera ser reeleito e a ser mais contido quando espera sucesso na reeleição. O teste empírico para estados brasileiros mostrou-se oposto ao previsto pelo modelo de ciclos eleitorais. O argumento utilizado para explicar esse fenômeno foi o de que a reeleição incentivaria os governantes a não se

[1] O principal resultado que se obtém nestes modelos é que caso sejam permitidos dois mandatos consecutivos, o governante que consegue alocar um nível de política pública razoável para a realização de utilidade do eleitorado no primeiro mandato, terá mais chances de se reeleger. Aqueles que estão no segundo mandato se esforçam menos, na média, do que aqueles em primeiro mandato.

endividarem, pois se fossem reeleitos teriam que arcar com o peso do passivo. Nakaguma e Bender (2006) além de estudar o impacto da reeleição para estados testam o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo esses autores, e ao contrário de Meneguin e Bugarin (2001), a reeleição propiciou ciclos políticos mais acentuados, estimulando manipulações oportunistas nos períodos de eleição. [2]

[2] Ainda, Ferraz e Finan (2005) testam como incentivos à reeleição afetam o nível de extração de renda dos governantes. Usando uma amostra de municípios e dados de corrupção, os autores mostram que municípios com prefeitos no segundo mandato apresentam um maior nível de corrupção do que municípios de prefeitos em primeiro mandato.

3. Dados

Levando em conta o modelo de reputação, tentamos identificar como a possibilidade de se reeleger ou não altera o gasto municipal em saúde. De acordo com o modelo, o governante que tenta reeleição deverá sinalizar competência aos possíveis eleitores. A hipótese desse trabalho é a de que ao elevar os gastos em saúde o governante estará tentando revelar que suas políticas estão alinhadas às preferências dos eleitores. Portanto, de acordo com o modelo, prefeitos que tentam reeleição aumentarão gastos em saúde.[3]

O prefeito em segundo mandato e o prefeito que não tenta reeleição, segundo o modelo de reputação, maximizará sua utilidade se perseguir uma agenda própria, não necessariamente alinhada aos eleitores. Então, para esses prefeitos, o modelo prevê que não haverá alteração significativa nos gastos.

A amostra compreende dois anos eleitorais: o ano de 2000, que foi o primeiro ano em que prefeitos puderam se reeleger, e o ano de 2004. Para identificar os prefeitos que tentaram a reeleição no ano de 2000, precisamos averiguar quais foram os prefeitos eleitos em 1996. Por esse motivo, a nossa amostra contém somente municípios existentes antes do ano de 1996.

[3] Ver Besley e Case (1995) para a formalização do modelo.

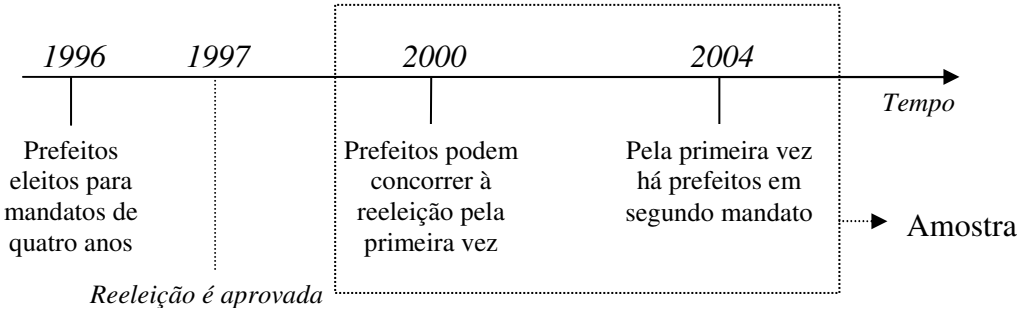

Ilustração 1 - Período considerado e amostra utilizada
Fonte: Elaboração própria

Os dados eleitorais foram coletados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)[4]. Através da base de dados do TSE identificamos diferentes situações de prefeitos, que são: prefeitos que tentaram a reeleição, prefeitos que foram reeleitos, prefeitos em segundo mandato e prefeitos em primeiro mandato que não concorreram à reeleição. Também distinguimos entre os prefeitos que **não** tentaram reeleição se eles foram sucedidos por um colega de partido ou não, para então verificar se o comportamento desses prefeitos difere do grupo de referência, que é o prefeito em primeiro mandato que não tenta reeleição.

Gastos em saúde é nossa medida de política pública 'visível' ao eleitorado. A escolha dessa variável deve-se em primeiro lugar pelo seu caráter imediato na utilidade do eleitor e em segundo pela possibilidade de controlá-la por aspectos de saúde pública, como taxa de mortalidade e cobertura por planos de saúde, fatores além da demanda política. Além disso, podemos diferenciar quais gastos são originários na esfera municipal ou não.

O sistema de saúde municipal apresenta alguns fatores peculiares. As gestões municipais podem ser caracterizadas ou pela Gestão Plena da Atenção Básica, ou pela

[4] www.tse.gov.br

Gestão Plena do Sistema Municipal. No primeiro caso, o município assume a responsabilidade sobre ações e serviços de atenção básica à saúde de sua população. A Gestão Plena indica que o município é responsável pela saúde dos munícipes em todos os níveis. Os municípios podem estabelecer convênios entre si, para aproveitar economias de escala em certos tratamentos. Dessa forma, se um município não tem recursos necessários para tratar certa enfermidade, o paciente pode ser transferido para outra localidade. Os custos do tratamento, entretanto, podem não ser completamente pagos pelo município de origem, o que pode levar à distorções nas despesas municipais (ver Teixeira *et al.* 2006)[5].

A variável dependente, *LNSAUDE*, é o gasto municipal em saúde per capita, excluída as receitas advindas do Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados para essa variável foram extraídos no Sistema de Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), do Ministério da Saúde.

As variáveis explicativas compreendem *dummies* para identificar prefeitos que tentam reeleição e prefeitos em segundo mandato. Além disso, identificamos prefeitos de primeiro mandato que não tentaram reeleição, mas foram seguidos por colega de partido e prefeitos em segundo mandato também seguidos por colega. Controlamos a regressão através de quatro classes de variáveis: controles políticos, controles relativos à área da saúde e controles municipais relativos à renda, demografia e saneamento.

Os controles políticos compreendem quatro variáveis. A primeira é *LEGISLAT*, uma *dummy* que mostra se o prefeito em exercício tentou cargo legislativo após o término do mandato. Através dessa variável podemos controlar casos onde o prefeito eventualmente planeje se candidatar a deputado ou senador, e por isso altere seus incentivos. *VOTMAJ* é uma *dummy* que indica se o prefeito foi eleito com uma margem

[5] Essa característica reforça a necessidade de controlar a estimação econométrica por fatores estáticos não observáveis.

de voto superior à 50%. A inclusão dessa variável segue outros trabalhos, como Ferraz e Finan (2005) e List e Sturm (2006). *PARTPRES* e *PARTGOV* apontam se o prefeito é do mesmo partido do presidente ou governador, respectivamente. Uma vez que grande parte da receita municipal depende de repasses de outras esferas de poder[6], a relação partidária entre governantes pode interferir mo padrão de gastos municipais, inclusive gastos em saúde.

Tabela 1 - Descrição dos dados

	Todos os prefeitos	Prefeitos em primeiro mandato que não concorrem à reeleição	Prefeitos que concorrem à Reeleição	Prefeitos que são reeleitos	Prefeitos que estão no segundo mandato
Número de obs	*10963*	*3560*	*5490*	*3158*	*1913*
Lnsaude	4.496	4.444	4.459	4.485	4.698
	[0.5313]	[0.5383]	[0.5337]	[0.5312]	[0.4593]
Legislat	0.026	0.009	0.002	-	0.130
	[0.1602]	[0.0944]	[0.0405]	-	[0.336]
Votmaj	0.726	0.694	0.713	0.761	0.824
	[0.4462]	[0.461]	[0.4524]	[0.4264]	[0.3806]
Partpres	0.126	0.069	0.141	0.154	0.069
	[0.3319]	[0.2526]	[0.3484]	[0.3609]	[0.2526]
Partgov	0.256	0.238	0.275	0.320	0.238
	[0.4365]	[0.4262]	[0.4467]	[0.4666]	[0.4262]
Suplem	0.046	0.046	0.047	0.046	0.046
	[0.0839]	[0.0814]	[0.0841]	[0.0884]	[0.083]
Lnmort	2.395	2.356	2.378	2.325	2.518
	[1.4298]	[1.4301]	[1.4345]	[1.4173]	[1.4113]
Lnsus	3.442	3.426	3.464	3.470	3.411
	[0.5738]	[0.6029]	[0.568]	[0.5681]	[0.5307]
Lnpop	9.366	9.321	9.385	9.330	9.394
	[1.1239]	[1.1]	[1.1158]	[1.1457]	[1.1893]
Jovem	0.198	0.196	0.199	0.198	0.200
	[0.02]	[0.0205]	[0.0196]	[0.0201]	[0.02]
Popurb	0.589	0.590	0.592	0.576	0.582
	[0.2336]	[0.2311]	[0.2368]	[0.2407]	[0.2289]
Agua	0.105	0.105	0.105	0.105	0.102
	[0.0707]	[0.072]	[0.0711]	[0.0695]	[0.0674]
Esgoto	0.050	0.046	0.050	0.054	0.053
	[0.0512]	[0.0479]	[0.053]	[0.0561]	[0.0511]
Renda	1.220	1.248	1.214	1.199	1.191
	[0.7909]	[0.7675]	[0.7849]	[0.8066]	[0.8463]

[6] As receitas do SUS no ano de 2000 chegaram a 50,78% das despesas totais de saúde nos municípios. Em 2004, a proporção foi de 45,78%.

Obs: Desvio-padrão entre colchetes. Fontes: *LNSAUDE, SUPLEM, LNMORT, LNSUS, AGUA e ESGOTO*: DATASUS; *LEGISLAT, VOTMAJ, PARTPRES, PARTGOV*: TSE; *LNPOP, JOVEM, POPURB* e *RENDA*: Ipeadata.

Ao todo, incluímos três controles da área da saúde. *SUPLEM* refere-se à razão da população municipal coberta por plano de saúde[7]. A variável *LNSUS* é o logaritmo da transferência municipal per capita recebida através do SUS. *MORT* é a razão entre a quantidade de óbitos e o número de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) pagas, computadas como internações, no período, multiplicada por 100, por local de residência do paciente. Através dessa variável podemos controlar eventuais características municipais, como violência ou doenças endêmicas, que podem influenciar os gastos de saúde nos anos de estudo As variáveis de controle do setor de saúde foram extraídas do DATASUS/Ministério da Saúde[8].

LNPOP, JOVEM e *POPURB* referem-se ao logaritmo da população municipal, à proporção de jovens na população entre 15 e 25 anos e à proporção da população urbana. *RENDA* refere-se ao logaritmo da renda per capita municipal. A inclusão desses controles segue a literatura (Besley e Case (1995), Finan e Ferraz (2005), List e Sturm (2006)). A variável *AGUA* informa a porcentagem de domicílios sem água encanada, enquanto *ESGOTO* mostra a proporção de domicílios sem rede própria de esgoto. A utilização dessas duas variáveis tem como objetivo controlar os gastos de saúde para possíveis diferenças fito-sanitárias causadoras de doenças.

Os dados financeiros foram devidamente deflacionados com o uso da série histórica do IPCA.

[7] A comparação entre as regiões do país mostra que a taxa de cobertura é bastante desigual. Por exemplo, o estado de São Paulo tem cerca de 38% da sua população coberta, enquanto Roraima somente 2% da população tem plano de saúde privado (fonte: Ipeadata). Porém, não necessariamente um maior número de pessoas com plano de saúde resulta em menores gastos públicos. Nishikima *et al.* (2006) argumenta que parte dos serviços médicos de pessoas com planos de saúde, principalmente os de alta complexidade, são custeados pelo governo.

[8] w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php

A tabela 1 mostra as diferenças nas características médias para o total de municípios e quatro outras situações a respeito do ambiente eleitoral. Como podemos observar, as variações são pequenas na maioria das variáveis e entre municípios com diferentes situações eleitorais.

4. Implementação empírica

4.1 Modelo Geral

O objetivo da análise econométrica é tentar verificar como incentivos à reeleição afetam os gastos em saúde. A especificação econométrica utilizada para a análise foi:

$$\ln saude_{it} = \zeta_i + \beta eleicao_{it} + \psi P_{it} + \varphi Z_{it} + \lambda C_{it} + \mu_{it} \quad \textbf{(1)}$$

A variável dependente, $\ln saude_{ij}$, é o *log* do gasto municipal em saúde per capita no município *i* e período *t*. ζ_i são características não observadas constantes no tempo para o município *i*. O vetor β são os coeficientes das variáveis binárias eleitorais de interesse. Essas variáveis descrevem a situação eleitoral do prefeito no município *i* no ano eleitoral. Ou seja, dependendo da especificação, *eleicao* descreve se o prefeito em primeiro mandato tenta ou não a reeleição, se o prefeito está em segundo mandato, ou se o prefeito em primeiro mandato que não tentou reeleição foi seguido por um colega de partido. P_{it} é o vetor de controles políticos (*LEGISLAT, VOTMAJ, PARTPRES* e *PARTGOV*), Z_{it} é o vetor de controles de saúde (*SUPLEM, LNSUS e MORT*), C_{it} é o vetor de controles municipais (*LNPOP, JOVEM, POPURB, RENDA, AGUA* e *ESGOTO).* μ_{it} é o resíduo.

Os dados compreendem dois períodos, 2000 e 2004. Por isso, podemos testar ao menos quatro diferentes especificações econométricas: *Pooled OLS*, painel de efeito aleatório, painel de efeito fixo e primeira diferença. Os resultados estão reportados na tabela 2.

Tabela 2 – Modelos estimados

Variável dependente: *LNSAUDE*				
	Efeito fixo	Primeira diferença	Efeito aleatório	Pooled OLS
Prefeitos que tentaram reeleição	0.0670	0.0670	0.0523	0.0467
	[0.0278]	[0.0258]	[0.0179]	[0.0182]
	(0.016)	(0.009)	(0.003)	(0.01)
Prefeitos em segundo mandato	0.0556	0.0556	0.0677	0.0704
	[0.0461]	[0.0426]	[0.0191]	[0.0188]
	(0.227)	(0.192)	(0)	(0)
Legislativo	-0.0214	-0.0214	0.0491	0.0618
	[0.0598]	[0.0553]	[0.0406]	[0.0419]
	(0.721)	(0.699)	(0.226)	(0.141)
Votmaj	0.0344	0.0344	0.0512	0.0550
	[0.0257]	[0.0238]	[0.0175]	[0.0178]
	(0.181)	(0.148)	(0.003)	(0.002)
Partpres	0.0499	0.0499	0.0310	0.0256
	[0.0285]	[0.0264]	[0.0234]	[0.0245]
	(0.08)	(0.058)	(0.186)	(0.297)
Partgov	-0.0283	-0.0283	-0.0122	-0.0089
	[0.0242]	[0.0224]	[0.0164]	[0.0167]
	(0.242)	(0.206)	(0.458)	(0.595)
Suplem	0.0401	0.0401	1.5989	1.5962
	[0.3327]	[0.3078]	[0.1886]	[0.1813]
	(0.904)	(0.896)	(0)	(0)
Lnsus	-0.4225	-0.4225	-0.1179	-0.0690
	[0.0317]	[0.0294]	[0.0175]	[0.0172]
	(0)	(0)	(0)	(0)
Mortalidade	-0.0098	-0.0098	0.0305	0.0355
	[0.0114]	[0.0106]	[0.0061]	[0.0061]
	(0.391)	(0.354)	(0)	(0)
Água	1.7334	1.7334	0.1071	0.0299
	[1.7669]	[1.6349]	[0.1296]	[0.1181]
	(0.327)	(0.289)	(0.409)	(0.8)
Esgoto	0.8682	0.8682	1.0272	1.0370
	[0.5305]	[0.4908]	[0.2424]	[0.2305]
	(0.102)	(0.077)	(0)	(0)
Renda	0.2193	0.2193	0.3759	0.3804
	[0.0491]	[0.0455]	[0.0148]	[0.0141]
	(0)	(0)	(0)	(0)
População	-0.6203	-0.6203	-0.3556	-0.3592
	[0.2598]	[0.2404]	[0.0116]	[0.0109]
	(0.017)	(0.01)	(0)	(0)
Urban	-0.0487	-0.0487	-0.0199	-0.0120
	[0.0531]	[0.0491]	[0.0329]	[0.0336]
	(0.359)	(0.322)	(0.545)	(0.721)
Jovens	6.8663	6.8663	2.2559	2.3112
	[4.8642]	[4.5006]	[0.6118]	[0.5598]
	(0.158)	(0.127)	(0)	(0)
N. obs	7018	3004	7018	7018
Prob > F,W	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
R2	0.2579	0.0920	0.5159	0.5167

Obs: Erro padrão robusto entre colchetes e p-valor entre parênteses. Todas as estimações incluem intercepto e *dummy* de ano. Para as estimações de efeito aleatório e *Pooled OLS* foram incluídas *dummies* para unidades de federação.

O principal critério de seleção entre as especificações é a consistência dos estimadores. Dada a hipótese de exogeneidade estrita, $E(u_i \mid X_{it}) = 0, \forall t = 1,2$, as estimações em efeito fixo e primeira diferença são consistentes. Efeito aleatório e Pooled OLS serão consistentes somente se as características não observadas constante no tempo dos municípios não estiverem correlacionadas com as variáveis explicativas, isto é, $E(\varsigma_i \mid X_i) = E(\varsigma_i) = 0$. Para testar a validade dessa hipótese, lançamos mão do teste de Hausman[9] entre uma estimação consistente, a de efeito fixo, e outra possivelmente mais eficiente, efeito aleatório. O teste rejeita a hipótese nula de que a estimação efeito aleatório é consistente[10]. Executamos o mesmo teste para o modelo *Pooled OLS*, e como poderíamos esperar a hipótese nula de consistência também tem que ser rejeitada[11].

A escolha entre estimação de efeito fixo e primeira diferença é uma questão de eficiência do modelo. Pode ser mostrado que para *T=2* as estimações reportam coeficientes idênticos, e sob hipótese de erros esféricos, a inferência também é igual. Porém, o teste LM Breusch-Pagan dos resíduos rejeita a hipótese de homocedasticidade[12]. Com a necessidade de aplicar a matriz de erro robusta, a escolha recairá na presença ou não de autocorrelação. A estimação em primeira diferença para dois períodos apresenta uma matriz de variância e covariância matriz diagonal, o que descarta a possibilidade de autocorrelação. Por isso, adota-se o método de primeira diferença em todas as estimações subseqüentes no trabalho.

[9] Ver Wooldridge (2002), pág. 288.
[10] A estatística $\chi^2(15)$ é 231,98, o que por sua vez traz o p-valor=0,0000.
[11] A estatística $\chi^2(15)$ para o modelo Pooled OLS é 295,47, e o p-valor=0,0000.
[12] A estatística $\chi^2(1)$ para o teste é de 199,59, o que nos dá um p-valor-0,0000 rejeitando a hipótese de homocedasticidade.

Contudo, a comparação entre as quatro estimações pode ilustrar a robustez do modelo. Em comparação ao grupo de referência, municípios com prefeitos em primeiro mandato que não tentaram reeleição, o coeficiente para o caso do município em que o prefeito tenta a reeleição é positivo e significante, enquanto o coeficiente para prefeitos em segundo mandato é insignificante. Estes resultados corroboram o modelo de reputação.

Com base na estimação em primeira diferença, podemos observar que, dos controles políticos, somente o fato do prefeito pertencer ao mesmo partido do presidente influi significativamente sobre os gastos em saúde. Visto que a maioria dos gastos em saúde se origina no plano federal, essa variável pode indicar que o relacionamento entre prefeito e presidente de um mesmo partido gera maiores gastos em saúde, seja através de favorecimento político ou de maior coordenação entre as duas esferas.

A proporção populacional atendida por plano de saúde privado não apresenta significância, assim como a taxa de mortalidade. Todavia, *LNSUS* mostra-se um importante determinante dos gastos em saúde. Quanto maior o repasse concedido pelo SUS ao município, menor a despesa municipal na área da saúde. Dos controles municipais, somente a renda per capita e população influem (positivamente) no gasto municipal. Portanto, quanto maior a renda da população, maior será o gasto do prefeito em saúde, e ao mesmo tempo, quanto maior o número de habitantes no município, maior a quantidade per capita de recursos repassados para a área da saúde.

4.2 Variações no modelo geral: o componente político

Apesar do resultado da estimação aceitar a hipótese do modelo de reputação, podemos testar se incentivos partidários também importam na provisão de bens públicos na época de eleição.

Tabela 3 – Estimações com componente partidário

Variável dependente: *LNSAUDE*					
	Todos os Municípios	Municípios com população superior à média (31.425 habitantes)	Municípios com população inferior à média (31.425 habitantes)	Municípios com população superior à mediana (11.960 habitantes)	Municípios com população inferior à mediana (11.960 habitantes)
Prefeitos que tentaram reeleição	0.0756	0.1641	0.058	0.0827	0.0633
	[0.0254]	[0.0661]	[0.0276]	[0.039]	[0.0321]
	(0.003)	(0.013)	(0.036)	(0.034)	(0.048)
Prefeitos em segundo mandato que **não** foram sucedidos por colega de partido	0.0457	0.1729	0.0155	0.0857	0.0204
	[0.0429]	[0.115]	[0.046]	[0.0674]	[0.0533]
	(0.287)	(0.133)	(0.736)	(0.204)	(0.702)
Prefeitos em segundo mandato que foram sucedidos por colega de partido	0.0685	0.1503	0.0407	0.0414	0.0835
	[0.0532]	[0.1136]	[0.0597]	[0.0711]	[0.0792]
	(0.198)	(0.186)	(0.496)	(0.561)	(0.292)
Prefeitos em primeiro mandato que **não** tentaram reeleição e foram seguidos por colega de partido	0.1245	0.4287	0.0798	0.2286	0.0483
	[0.046]	[0.1705]	[0.0468]	[0.0767]	[0.0552]
	(0.007)	(0.012)	(0.088)	(0.003)	(0.381)
Controles políticos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Controles saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Controles município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N. obs	3004	507	2496	1503	1502
Prob > F	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
R2	0.09	0.1472	0.0894	0.1189	0.0837

Obs: Todas as estimações em primeira diferença. Erro padrão robusto entre colchetes e p-valor entre parênteses. Todas as estimações incluem intercepto e *dummy* de ano. Controles políticos: *LEGISLAT, VOTMAJ, PARTPRES e PARTGOV*. Controles saúde: *SUPLEM, LNSUS, MORT*. Controles Município: *AGUA, ESGOTO, RENDA, POPULAÇÃO, URBAN, JOVENS*

O sistema político de incentivos pode funcionar de tal forma que o prefeito no segundo mandato, ou aquele que não tenta a reeleição, gaste mais em saúde para que o candidato de seu partido seja eleito. Seria uma modalidade diferente de reeleição. Se o político apóia o seu partido, o período pós-governo entra na sua função utilidade. Portanto, o prefeito em segundo mandato, ou o prefeito em primeiro mandato, pode ter incentivos análogos ao prefeito candidato à reeleição.

As estimações da tabela 3 mostram os coeficientes de quatro diferentes situações: prefeito que tenta reeleição, prefeito em segundo mandato - tanto aquele sucedido por colega de partido ou não, e prefeito em primeiro mandato sucedido pelo colega de partido. Além disso, subdividimos a amostra de acordo com o tamanho do município.

O comportamento do prefeito em primeiro mandato segue a hipótese levantada e resultados anteriores. De fato, esses prefeitos gastam mais em saúde na situação em que é sucedido por um colega de partido. Embora o gasto em saúde seja uma medida imperfeita para o esforço desse prefeito para eleger o colega, uma vez que outros na mesma situação podem ter tentado eleger um colega e falhado, os resultados sugerem que de fato o componente político importa para o comportamento do prefeito.

Entretanto, esse efeito não é observado no prefeito de segundo mandato. Após o exercício de seu segundo termo, prefeitos não parecem se esforçar para a sucessão partidária dentro do seu município, ao menos não com gastos em saúde.

Os cortes populacionais mostram que os resultados, em geral, se mantêm. Seja qual for o tamanho do município, prefeitos que tentam reeleição efetivamente gastam mais em saúde. O coeficiente se mantém próximo à estimação com amostra completa, a não ser no caso dos municípios com população superior à média, onde o coeficiente aumenta de forma acentuada. Esse incremento também pode ser observado para o prefeito em primeiro mandato sucedido por colega. Somente em um caso resultados anteriores perdem significância. Prefeitos em primeiro mandato que não tentaram reeleição, mas foram seguidos por colega de partido aparentemente não gastam mais em saúde em municípios cuja população é inferior à mediana. Pode-se especular que em municípios menores o capital político é mais personalista, o que por sua vez diminui a

importância de vinculações partidárias. Se essa hipótese for verdadeira, o empenho de prefeitos que não tentam a reeleição para eleger seu colega pode ser em vão.

4.3 Variações no modelo geral: ideologia

A ideologia do prefeito também pode influenciar o seu padrão de gastos durante o ano eleitoral. Por esse motivo, realizamos estimação onde cada prefeito foi classificado de acordo com sua ideologia. A classificação é baseada no partido do prefeito, conforme proposto por Coppedge (1997)[13]. Desta forma, o prefeito pode se enquadrar em cinco diferentes classificações do espectro ideológico: direita, centro direita, centro, centro esquerda e esquerda (coluna [1], Tabela 4). Em uma estimação alternativa, reunimos centro direito e direito em um único grupo, e de modo análogo, centro esquerda e esquerda (coluna [2], Tabela 4).

A tabela 4 informa os resultados dessas estimações. Conforme podemos observar, nenhuma denominação ideológica é significante para os gastos em saúde em anos eleitorais. Além disso, os coeficientes para as variáveis eleitorais se mantêm praticamente inalterados em comparação aos resultados obtidos na primeira coluna da tabela 3. Ou seja, ideologia não parece configurar importante aspecto para a determinação dos gastos em saúde, e mais especificamente, não sugere alterações nos coeficientes das variáveis políticas.

---

[13] O autor classificou os partidos enviando questionários para especialistas regionais. Os respondents para o caso brasileiro foram Barry Ames, David Fleischer, Scott Mainwaring, e Timothy Power. Segundo esses questionários, partidos de **direita** seriam aqueles "*Parties sponsored by a present or former military government, as long as they have a conservative (organicist, authoritarian, elitist, looking to the past) message and are not primarily personalist vehicles for particular authoritarian leaders*"; **centro direita**: *Parties that target middle- or lower-class voters in addition to elite voters by stressing cooperation with the private sector, public order, clean government, morality, or the priority of growth over distribution*", **centro**: "*Governing parties whose policies are so divided between positions both to the left and to the right of center that no orientation that is mostly consistent between elections is discernible*"; **centro-esquerda**: "*Parties that stress justice, equality, social mobility, or the complementarity of distribution and accumulation in a way intended not to alienate middle- or upper-class voters*"; e **esquerda**: "*Parties that employ Marxist ideology or rhetoric and stress the priority of distribution over accumulation and/or the exploitation of the working class by capitalists and imperialists and advocate a strong role for the state to correct social and economic injustices.*"(Coopedge, 1997, pp.8).

Tabela 4 – Ideologia do prefeito

	Variável dependente: *LNSAUDE*	
	[1]	[2]
Prefeitos que tentaram reeleição	0.0763	0.0768
	[0.0256]	[0.0255]
	(0.003)	(0.003)
Prefeitos em segundo mandato que **não** foram sucedidos por colega de partido	0.0472	0.047
	[0.043]	[0.043]
	(0.273)	(0.275)
Prefeitos em segundo mandato que foram sucedidos por colega de partido	0.0651	0.0659
	[0.0535]	[0.0534]
	(0.223)	(0.217)
Prefeitos em primeiro mandato que **não** tentaram reeleição e foram seguidos por colega de partido	0.1232	0.1243
	[0.0461]	[0.0459]
	(0.008)	(0.007)
Direita	0.0367	0.0364
	[0.0278]	[0.0247]
	(0.187)	(0.141)
Centro direita	0.0352	
	[0.0364]	-
	(0.334)	
Centro esquerda	0.0192	
	[0.0306]	-
	(0.53)	
Esquerda	-0.0040	0.0172
	[0.0628]	[0.0302]
	(0.949)	(0.568)
Controles políticos	Sim	Sim
Controles saúde	Sim	Sim
Controles município	Sim	Sim
N. obs	3004	3004
Prob > F	0.0000	0.0000
R2	0.0947	0.0946

Obs: Todas as estimações em primeira diferença. Erro padrão robusto entre colchetes e p-valor entre parênteses. Todas as estimações incluem intercepto e *dummy* de ano. Controles políticos: *LEGISLAT, VOTMAJ,*

PARTPRES e PARTGOV. Controles saúde: *SUPLEM, LNSUS, MORT*. Controles Município: *AGUA, ESGOTO, RENDA, POPULAÇÃO, URBAN, JOVENS*

4.4 Variações no modelo geral: análise de robustez

O objetivo das estimações desta seção é comparar municípios semelhantes, tentando eliminar situações de simultaneidade. No sentido de delimitar os efeitos do ciclo eleitoral para os gastos em saúde e não o contrário, elaboramos testes de robustez para os casos em que o componente reputacional esteve presente nas estimações anteriores: prefeitos em primeiro mandato e prefeitos em primeiro mandato seguidos por colegas de partido.

A comparação é feita somente em municípios com prefeitos exercendo o primeiro mandato. Além disso, eliminamos da amostra prefeitos que conseguiram se reeleger. Ao fazer isso, focamos a análise não nos resultados de se gastar mais em saúde, mas na opção do prefeito em separar parte dos recursos para sinalizar competência ao eleitorado.

Como podemos observar na primeira coluna da tabela 5, mesmo os prefeitos que não conseguiram se reeleger gastam mais em saúde do que prefeitos em primeiro mandato que não tentaram a reeleição e não tiveram colega eleito. Esse resultado sugere que prefeitos que tentam reeleição destinam maiores recursos para a saúde em comparação com o prefeito desinteressado na eleição, não obstante fracassem eleitoralmente. Com isso, minimizamos a chance de que os resultados mostrados nas tabelas 2 e 3 sejam viesados por causalidade reversa gerada pela possibilidade de que gastos expliquem reeleição, e não o contrário.

Na segunda coluna da tabela 5, realizamos teste semelhante, agora entre prefeitos que tentaram reeleição e perderam contra prefeitos em primeiro mandato que não tentaram se reeleger, mas foram seguidos por colega. A teoria prediz que o

comportamento de ambos seria semelhante, mas como podemos observar prefeitos em primeiro mandato seguidos por colegas gastam mais do que prefeitos que tentam reeleição e perdem.

Tabela 5 – Análise de robustez: somente prefeitos em primeiro mandato

Variável dependente: *LNSAUDE*		
	Amostra somente com municípios ou com prefeitos que tentaram a reeleição e perderam ou prefeitos em primeiro mandato não sucedidos por colegas de partido	Amostra somente com municípios com prefeitos que tentaram a reeleição e perderam e prefeitos em primeiro mandato seguidos por colegas de partido
Prefeitos que tentaram reeleição e perderam	0.0696 [0.0373] (0.063)	-0.1653 [0.0813] (0.043)
Controles políticos	Sim	Sim
Controles saúde	Sim	Sim
Controles município	Sim	Sim
N. obs	964	309
Prob > F	0.0000	0.0000
R2	0.1185	0.1226

Obs: Todas as estimações em primeira diferença. Erro padrão robusto entre colchetes e p-valor entre parênteses. Todas as estimações incluem intercepto e *dummy* de ano. Controles políticos: *LEGISLAT, VOTMAJ, PARTPRES e PARTGOV*. Controles saúde: *SUPLEM, LNSUS, MORT*. Controles Município: *AGUA, ESGOTO, RENDA, POPULAÇÃO, URBAN, JOVENS.*

Novamente, não temos uma medida perfeita de como os prefeitos que não tentam reeleição tentam influenciar o resultado para seu colega de partido, já que captamos somente o caso em que o seu efetivamente foi eleito. Essa limitação pode ser causa da diferença observada. Ou ainda, ao apoiar outro candidato ao invés de disputar a reeleição, o prefeito tenha que gastar mais em saúde para sinalizar competência, uma vez que ele deve transferir o sinal para outra pessoa, o colega de partido[14]. De todo

[14] Essa hipótese poderia ser testada confrontando prefeitos em primeiro mandato que não tentam reeleição e são seguidos por colega contra prefeitos em segundo mandato que são seguidos por colegas. De acordo com as hipóteses do modelo, o primeiro caso gastaria mais em saúde em ano eleitoral. Porém, limitações da amostra não permitem este teste. Como para realizar essa estimação devemos excluir da amostra prefeitos que tentaram reeleição e venceram, ao eliminar esses casos para o ano 2000 automaticamente eliminaríamos os municípios com prefeito em segundo mandato de 2004, o único ano em que se observa esse tipo de prefeito. Uma alternativa seria a estimação em *Pooled* OLS ou em efeito aleatório. As estimativas (ver apêndice) mostram que de fato prefeitos em primeiro mandato gastam mais em saúde nessa situação. Todavia, como ficou claro ao longo do trabalho, esses métodos reportam estimativas

modo, as duas colunas em conjunto dão corpo à teoria de que motivos reputacionais implicam em mudança no padrão de gastos do político.

possivelmente viesadas, devido correlação entre as variáveis explicativas e características não-observadas constantes no tempo, capturadas pelo teste de Hausman apresentado nas notas de rodapé 10 e 11.

5. Conclusão

O trabalho tenta encontrar evidências de que a situação eleitoral dos prefeitos influi nas despesas municipais, em particular para a saúde. Utilizamos uma larga amostra de 3004 municípios brasileiros para testar o modelo de reputação para os anos eleitorais de 2000 e 2004 no setor da saúde.

Os resultados mostram que prefeitos candidatos à reeleição agem estrategicamente para convencer o eleitorado à recondução. Por sua vez, prefeitos em segundo mandato não aumentam as despesas quando encaram o final de seu mandato. Ou seja, o modelo de reputação se encaixa aos municípios brasileiros: prefeitos que tentam reeleição se esforçam, através de maiores gastos em saúde, para mostrar aos seus eleitores que são administradores competentes, ao contrário de prefeitos em segundo mandato.

Entretanto, encontramos ainda que incentivos partidários parecem ter importante papel na condução da administração municipal. O modelo de reputação omite qualquer efeito da reeleição subseqüente ao prefeito que não tenta ou não pode se reeleger. Porém, os resultados sugerem que importa ao prefeito que seu sucessor seja de seu partido.

Testamos o modelo para o tamanho do município e ideologia dos prefeitos, encontrando resultados semelhantes. Além disso, para efeitos de robustez, comparamos prefeitos perdedores contra prefeitos que poderiam, mas não tentaram reeleição. Esse teste indicou que mesmo aqueles prefeitos com menores chances de reeleição se diferenciam do grupo de referência, que é o conjunto dos prefeitos em primeiro mandato que não tentaram reeleição.

Bibliografia

ANDRADE, M. V. e M. B. LISBOA. 2001. A Economia da Saúde no Brasil. In: Menezes-Filho, N. e Lisboa, M. (Org.). Microeconomia e Sociedade no Brasil. Rio de Janeiro, v. 1, p. 285-330.

BARRO, Robert J. 1973. "The Control of Politicians: an Economic Model," *Public Choice*, 14, 19-42.

BESLEY, Timothy, e Anne CASE. 1995. "Does Electoral Accountability Affect Economic Policy Choices? Evidence from Gubernatorial Term Limits," *The Quarterly Journal of Economics* 110 (3): 769–798 (August).

BESLEY, Timothy, e Anne CASE. 2003. "Political Institutions and Policy Choices: Evidence from the United States," *Journal of Economic Literature*, Vol. 41, No. 1. (Mar., 2003), pp. 7-73.

COPPEDGE, Michael. (1997) "A Classification of Latin American Political Parties." The Hellen Kellog Institute. *Working Paper* # 244. Novembro de 1997.

FERRAZ, Cláudio, e Frederico FINAN. 2005. "Reelection Incentives and Political Corruption: Evidence from Brazilian Audit Reports." *UC Berkeley*, *mimeo.*

JOHNSON, Johnson e Mark CRAIN. 2004. "Effects of Term Limits on Fiscal Performance: Evidence from Democratic Nations," *Public Choice*, 119: 73-90.

LIST, John e Daniel M. STURM. 2006. "How Elections Matter: Theory and Evidence from Environmental Policy," *The Quaterly Journal of Economics*, Novembro 2006.

MENEGUIN, Fernando B. e BUGARIN, Maurício. 2001. "Reeleição e Política: Um Estudo dos Efeitos da Reeleição nos Gastos Públicos," *Economia Aplicada*, Ver. 5, n.3, pp. 600-22.

NISHIJIMA, M., G. BIASOTO Junior e D. CYRILLO. 2006 "Análise econômica da interação entre saúde pública e privada no Brasil: tratamentos de alta complexidade" In: Encontro Nacional de Economia, 2004, Salvador. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia.

PEREIRA, Carlos e Lúcio RENNÓ. 2007. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil," *Revista de Economia Política*, Vol. 27, nº 4, Out-Dez.

PERSSON, Torsten, e Guido TABELLINI. 2000. Political Economics: Explaining Economic Policy. Cambridge, Massachussets: MIT Press.

ROGOFF, Kenneth e Anne SIBERT. 1988. "Elections and Macroeconomic Policy Cycles," *The Review of Economic Studies*, Vol. 55, No. 1. (Jan., 1988), pp. 1-16.

ROGOFF, Kenneth. 1990. Equilibrium Political Budget Cycles *The American Economic Review*, Vol. 80, No. 1. (Mar., 1990), pp. 21-36.

SMART, Michael e STURM, Daniel M. M. 2006. "Term Limits and Electoral Accountability" CEP Discussion Paper No. 770.

TEIXEIRA, Luciana; Maurício BUGARIN e Maria Cristina DOURADO. 2006. “Intermunicipal Health Care Consortia in Brazil: Strategic Behavior, Incentives and Sustainability”, *The International Journal of Health Planning and Management*, v. 21, p. 275-296.

VEIGA, Linda G. e Francisco J. VEIGA. 2007. “Political business cycles at the municipal level,” *Public Choice,* 131:45–64

WOOLDRIDGE, Jeffrey. 2002. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge, MA: MIT Press.

Apêndice

Na tabela a seguir confrontamos os dois grupos de prefeitos que foram seguidos por colegas de partido: prefeitos que não tentaram a reeleição e prefeitos em segundo mandato. Conforme podemos observar, prefeitos em segundo mandato gastam menos em saúde do que o grupo de referência, composto por prefeitos em primeiro mandato que não tentaram a reeleição, mas foram seguidos de colega de partido. Porém, estas estimativas possivelmente estão viesadas (ver nota de rodapé n.14).

Tabela 5 – Análise de robustez: prefeitos seguidos por colegas de partido

Variável dependente: *LNSUS*		
	Estimação	
	Pooled OLS	Efeito Aleatório
Prefeitos em segundo mandato seguidos por colega de partido	-0.0766 [0.0437] (0.08)	-0.0708 [0.0433] (0.102)
Controles políticos	Sim	Sim
Controles saúde	Sim	Sim
Controles município	Sim	Sim
Ideologia	Sim	Sim
N. obs	721	721
Prob > F, W	26.7100	0.0000
R2	0.5361	0.5358

Obs: Erro padrão robusto entre colchetes e p-valor entre parênteses. Todas as estimações incluem intercepto, *dummies* para unidades de federação e *dummy* de ano. Controles políticos: *LEGISLAT, VOTMAJ, PARTPRES e PARTGOV*. Controles saúde: *SUPLEM, LNSUS, MORT*. Controles Município: *AGUA, ESGOTO, RENDA, POPULAÇÃO, URBAN, JOVENS.* Ideologia: *DIREITA, ESQUERDA*.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo